

Jornalismo: testemunha lacunar da história

Ana Claudia Peres

Ana Claudia Peres

Jornalista. Doutora e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF). Formada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: anaclaudia.peres@gmail.com

Resumo:

Neste artigo, o afeto é assumido como categoria fundamental para o campo do jornalismo atravessado pelos dogmas da razão e da ciência. A partir daí, aborda-se a dimensão do “testemunho midiático”, examinando a tensão entre a ideia da “testemunha ocular” e os outros modos assumidos no contemporâneo quando testemunhar não é mais apenas ver e ouvir e passa a dizer também sobre como somos interpelados por um “texto testemunhal”. Para investigar o abismo que há entre experiência e discurso, aborda-se a questão da “lacuna” no testemunho sugerindo uma nova matriz orientada pela ideia de Brand (2009) de que o testemunho, que sempre esteve ligado às noções de verdade e ao que pode capturar do acontecimento, ele é antes sobre o que lhe escapa. Uma reportagem sobre uma tragédia particular orienta a discussão. Como o jornalismo testemunha o fato?

Palavras-chave: Testemunho. Narrativas. Afetos.

Journalism: gap witness to history

Abstract:

In this article, affection is assumed as a fundamental category for the field of journalism, crossed by the dogmas of reason and science. From then on, the dimension of “media testimony” is approached, examining the tension between the idea of “eyewitness” and other modes assumed in the contemporary, when witnessing is no longer just seeing and hearing but also starts to show the modes how we are challenged by a “testimonial text”. In order to investigate the chasm between experience and discourse, the “gap” in the testimony is approached, suggesting a new matrix guided by Brand's (2009) idea that the testimony, which has always been linked to the notions of truth and what it can capture from the event, is rather about what escapes from it. A news article on a specific tragedy guides the discussion. How does journalism testify to the fact?

Keywords: Testimony. Narratives. Affections.

Testemunho, jornalismo, afetos

Em *A Trégua*, Primo Levi (2010) conta de Hurbinek, nome dado pelos companheiros de campo de concentração ao menininho esquelético de aparentemente três anos, que “nascera talvez em Auschwitz”, “que não vira jamais uma árvore” e que durante um período marcou o *Lager* com a sua presença obstinada. Hurbinek. Paralisado dos rins para baixo, tinha pernas atrofiadas, olhos perdidos, rosto triangular e um número de série tatuado no antebraço. Não tinha voz. A única palavra que pronunciava, o som (*mass-klo, matisklo*), era indecifrável. Mas todos ansiavam por escutá-lo. Hurbinek era um corpo – ainda que quebrado, ainda que moribundo, um corpo.

“O que pode um corpo?”, indaga Espinosa em sua clássica e seminal pergunta. Para o filósofo, cada indivíduo possui um grau de potência que se define por seu poder de afetar e ser afetado. É conhecido o episódio envolvendo o antropólogo e filósofo Bruno Latour quando, em uma conferência, pediu a todos que anotassem o antônimo da palavra “corpo”. Houve quem escrevesse “anticorpo” e “ninguém”, mas os antônimos que mais intrigaram Latour foram “desafetado” e “morto”. A partir daí, Latour conjectura: “Se o oposto de ser um corpo é estar morto [e] se não há vida além do corpo ... [então] ter um corpo é aprender a ser afetado, o que significa ‘transformado’, movido, posto em movimento” (apud GREG; SEIGWORTH, 2010, p. 11).

Ora, se a capacidade de um corpo nunca é definida por um corpo sozinho, mas sempre auxiliada e encorajada pelo contexto e suas relações, voltando a Hurbinek, é possível imaginar que mesmo que sua presença no campo de extermínio tenha se dado em condições impossíveis de conhecer, mesmo impossibilitado de dizer palavra, mesmo um trapo humano que morreu nos primeiros dias de março de 1945, ao se relacionar com outros abandonados de tudo, foi capaz de despertar afetos múltiplos, traços de humanidade evocados naqueles seres prostrados, como ele.

O garoto ganhou um nome (Hurbinek lhe foi sugerido por uma das mulheres); um outro prisioneiro de Auschwitz, Henek, passava metade dos seus dias junto dele, “levava-lhe comida; ajustava-lhe as cobertas” (LEVI, 2010, p. 20); em Primo Levi, sabe-se que o garoto originou o desejo de sobreviver para testemunhar. O encontro com Hurbinek – entre outros encontros no campo de concentração, mas este especialmente lembrado pelo escritor – lhe dá a consciência do poder do testemunho. Em determinada passagem de *A Trégua*, ao se referir a Hurbinek, Primo Levi escreve: “Nada resta dele: seu testemunho se dá por meio de minhas palavras” (2010, p. 21).

Trazendo essa discussão para o campo de interesse deste artigo, vale assumir que se trata de uma tentativa de entender de que afetos é capaz o jornalismo. Como é possível afetar o Outro a partir de uma narrativa jornalística? E a capacidade do jornalismo de se deixar afetar, qual é? Note-se que não estão em causa aqui as classificações ou os enquadramentos provocados pelo uso programado das emoções em seu sentido restrito nos textos jornalísticos. Não nos propomos a enumerar as estratégias discursivas que, em última instância, pertencem ao jogo da comunicação e podem significar uma tentativa de explicar como se relacionam os sujeitos pela linguagem. O que se pretende é problematizar o jornalismo por um viés não apenas lógico ou racional em que os aspectos cognitivos se sobrepõem, mas como uma prática discursiva que engloba também e principalmente uma dimensão sensível da experiência (SODRÉ, 2006).

Trata-se de pensar que, na rigidez do discurso jornalístico manifesto nas mais variáveis práticas e materialidades, há lugar também para tessituras menos marcadas pelas convenções do regime realista. Significa defender que as narrativas jornalísticas não se constroem apenas desde uma medida lógica e racional. Isso não quer dizer abrir mão dos fundamentos epistemológicos que marcam a história

do jornalismo, e sim, alargá-los, distendê-los, deixando-os menos confinados ao espaço de racionalidade e controle (MAROCCO, 2004). Trata-se ainda de aprofundar a compreensão sobre o entendimento e a abordagem do Outro no campo jornalístico (RESENDE, 2012; FRANÇA, 2006). E, nesse sentido, a noção de testemunho e tudo o que o conceito abarca nos parece central.

Ainda bem antes do termo afeto ser associado a um certo modismo, no Brasil, autores como Cremilda Medina já seguiam uma trilha que propunha o privilégio dos afetos nas narrativas jornalísticas como salto para um outro jornalismo capaz de romper com a racionalidade cartesiana do narrar positivista. Segundo Medina (2003), é possível que, na prática do jornalismo, autor e ambiente do relato, autor e protagonistas da ação social se envolvam como sujeitos que são.

Há que se concordar que esse apelo exacerbado ao que é do campo do sensível habita uma zona limite (SODRÉ, 2006). Pode funcionar como uma faca de dois gumes. Assim como o testemunho também o pode ser – e o é na grande maioria das vezes. Sem a pretensão de resolver o problema, o exercício proposto aqui pode pelo menos nos tirar de um círculo vicioso e dicotômico que ora enxerga o jornalismo como imparcial em sua tarefa de reprodução da realidade – atijando os seus críticos – ora como transparente em sua saga de caçador de emoções – atijando os seus críticos.

O esforço aqui é o de, levando em conta todas essas contradições, mas encorajada pela ideia de relação possibilitada pelo jornalismo, olhar para o modo como o testemunho desponta na tessitura das narrativas jornalísticas em busca do que se configura como um potencial afetivo, ou seja, da sua potência para agir (PELBART, 2008). Da mesma forma que não é possível dizer o que pode um corpo também não somos capazes de responder o que podem os afetos no jornalismo. Mas aceitar, como pressuposto, que os afetos são componentes desse campo, é um caminho que nos parece promissor em suas múltiplas direções. Avancemos por ele.

Lacuna e texto testemunhal

Como se configura a presença dos jornalistas como testemunha dos acontecimentos narrados? Para tentar responder a essa questão, há uma outra que, no campo do jornalismo, é quase um clichê e diz respeito à presença ou não do jornalista na cena do acontecimento: afinal, para ter chancelada a sua condição de testemunha, é realmente necessário estar presente ou manter uma posição privilegiada em relação ao evento? Embora fundamental dentro de uma perspectiva ontológica, é provável que a premissa que considera autêntica apenas a testemunha que participa do acontecimento e, portanto, pode se valer do “aqui e agora” do discurso precise ser superada – não desconsiderada de todo, mas superada, principalmente no mundo contemporâneo em que tudo parece testemunhável.

O surgimento e a expansão dos meios de comunicação de massa modificaram sobremaneira o estatuto do testemunho estendendo e potencializando, se não mesmo transformando, o seu significado (FROSH; PINCHEVSKI, 2009). Em um tempo marcado pela explosão tecnológica que faz de cada pessoa em qualquer lugar do planeta uma testemunha em potencial, e esse é o ponto que iremos enfrentar neste momento, a pergunta correta então talvez deva ser: como testemunhar um acontecimento?

Não são poucos os estudos que vêm procurando problematizar o testemunho de viés midiático (FROSH, 2009; BRAND, 2009; PETERS, 2009; ELLIS, 2009), que coloca em evidência uma série de problemas caros aos estudos da comunicação desde a relação com a verdade dos fatos, a partir dos conceitos de representação, recepção, mediação, até questões relacionadas ao universo da ética e da estética. No contexto nacional, o assunto ainda é pouco debatido, mas alguns estudos (LAGE, 2016; ANTUNES, 2015; SERELLE, 2009) dialogam, em maior ou menor

grau, com este trabalho que sustenta que, se há no testemunho uma dimensão relacional (GAGNEBIN, 2009), essa se torna uma categoria-chave para analisar produtos midiáticos, entre eles, o jornalismo fundado em uma noção de encontro com o Outro e não reduzível apenas ao nível das práticas ou das características internas dos discursos.

Sem esquecer as contribuições de outras disciplinas (filosofia, psicanálise, história), neste momento faz-se necessário delimitar o que entendemos por testemunho midiático – e, por extensão, testemunho jornalístico. Lançando mão do caminho proposto por Frosh e Pinchevski (2009), podemos dizer que *media witnessing* é o testemunho realizado “na”, “pela” e “através da” mídia. Ou seja, refere-se tanto à presença de testemunhas e seus relatos em uma reportagem quanto à possibilidade do próprio jornalista testemunhar um acontecimento como também, ainda, à posição da audiência (espectadores/leitores) enquanto testemunhas dos eventos retratados. Trata-se, portanto, de uma transmissão contínua de experiências a partir de três instâncias que podem ou não acontecer simultaneamente.

Mas a equação tem muitas variáveis. Mesmo que o testemunho já há algum tempo seja associado ao jornalismo, para fazer o salto do testemunho enquanto paradigma do século XX para o testemunho como um fenômeno da cultura midiática, Frosh e Pinchevski partem de dois grandes eventos que consideram casos-limite e antitéticos: a *Shoah* (1933-1945) e a destruição do World Trade Center (2001). Enquanto o primeiro é tido como o evento sem testemunha (AGAMBEN, 2008), a queda das Torres Gêmeas é o extremo oposto. Registradas por câmeras de TV e dispositivos móveis no momento mesmo em que ocorreu o evento, reproduzidas à exaustão, as imagens dos aviões que se chocam contra um dos símbolos da supremacia americana foram vistas em todo o mundo. Nesse caso, quem foram as verdadeiras testemunhas? Mas, por outro lado, essa pergunta ainda é válida?

Se no mundo contemporâneo convivemos com a ilusão de que qualquer um pode saber tudo sobre todos, parece possível dizer que são testemunhas tanto os que “estavam lá” e sobreviveram ao ataque terrorista quanto aqueles que, de algum modo, testemunharam o acontecimento, seja registrando o episódio ao vivo ou o que restou dele para os meios de comunicação, seja assistindo na outra ponta do processo à sua transmissão. Assim, na era da cultura midiática, testemunhar transformou-se em um “ato doméstico” fazendo com que qualquer pessoa possa ser interpelada pelos acontecimentos catastróficos (guerras, ataques terroristas, tragédias naturais, conflitos religiosos, epidemias, acidentes e tragédias cotidianas) alçada à condição de testemunhas do sofrimento à distância (BOLTANSKI, 1993; ELLIS, 2009).

No entanto, esse tipo de abordagem está longe de ser um consenso entre os estudiosos do fenômeno. Em um ensaio que oferece as bases para muitos estudos posteriores sobre o testemunho da mídia, John Durham Peters (2009) ainda insiste que esse modo novo de testemunhar, apesar de guardar características próprias, contém uma fragilidade que não é menor na era da cultura midiática do que em qualquer outra. Por se tratar de uma forma de mediação, o testemunho, seja em sua concepção mais tradicional seja em sua vertente midiática, envolve sempre um impasse, tornando-se devedor, portanto, da perspectiva ontológica em sua ênfase na questão da verdade. Ou seja, o ato de testemunhar está subordinado em alguma medida à presença corporal do indivíduo no evento, a um “estar lá”.

É por isso que, apesar de reconhecer a mídia como testemunha, ele considera difícil, sob certas circunstâncias, admitir a condição de testemunho. Em um texto publicado posteriormente, *An Afterword: Torchlight Redon Sweaty Faces*, Peters revê algumas das concepções de seu ensaio original, *Witnessing*. No entanto, ele ainda se mantém hesitante em aceitar o argumento de Frosh (2009) – com o qual este trabalho concorda – de que é possível testemunhar quando distantes do evento no tempo e no espaço. Assim, apesar de reconhecer que os meios podem

expandir a nossa capacidade de testemunho, ao transmitir um acontecimento para quem não estava presente, o autor considera impossível, em qualquer sentido estrito, trazer para o discurso a experiência.

Aqui reside a fragilidade do testemunho: a difícil conjuntura entre experiência e discurso. A testemunha está autorizada a falar por ter estado presente numa ocorrência [...] Mas a passagem da experiência (o visto) para as palavras (o dito) é precária [...] Palavras podem ser trocadas, as experiências não [...] Um pai pode dar testemunho a uma criança de que um fogão está quente, mas queimando-se pode ser mais convincente. (PETERS, 2009, p. 26).

Para Peters (2009), enquanto uma forma de comunicação está sempre preocupada com o que é real e o que não é, o testemunho midiático também tem que lidar com o que ele chamou de “lacuna de veracidade” e que diz respeito tanto às dificuldades que já vimos falando aqui – a testemunha estava no local do evento no momento crucial? Lembra de tudo o que viu? Registrou o que era importante? É capaz de dizer a verdade diante do trauma? – quanto, principalmente, ao problema da mediação que essa prática nos impõe.

A fim de preencher a distância abismal que se instaura entre os vértices do triângulo básico da comunicação (o agente que testemunha, o enunciado ou o texto em si e o público), a saída que os meios de comunicação encontraram não é diferente da que foi inventada pelo próprio testemunho, sugere Peters: o corpo. Em muitos acontecimentos, o autor propõe, tomamos emprestados os olhos e ouvidos da mídia como se fossem nossos por mais perigoso e assustador que isso possa parecer. Nem assim há segurança de que vemos e ouvimos o que de fato aconteceu e, dessa maneira, inexistem garantias de que os ruídos e mal-entendidos sejam resolvidos como parece desejar o autor.

À diferença de Peters, para além (ou principalmente por conta) da “lacuna de veracidade”, Frosh (2009) oferece um argumento que melhor traduz a importância do testemunho midiático. Aqui, o testemunho é não apenas um ato realizado por uma testemunha, mas também aquilo que se constrói narrativamente a partir de um “texto testemunhal”, que elabora a presença do jornalista no local do evento levando o espectador/leitor a um só tempo a experimentar o acontecimento e crer no que lhe foi dito. Um “texto testemunhal” é

aquele cuja estrutura interage com o público para criar não apenas uma experiência imaginativa sobre o assunto de que ele trata (como é ser apanhado por um tsunami, por exemplo), mas também a suposição de que este texto é um testemunho, que o evento descrito realmente aconteceu e que o texto foi projetado para relatá-lo. (FROSH, 2009, p. 61).

Por essa perspectiva e concordando com Frosh (2009), podemos dizer que os casos em que o jornalista não esteve presente no evento podem passar como textos produzidos por pessoas que estavam no evento porque “a ênfase não está na ‘origem’ do discurso, mas na experiência de mundo que imaginamos através do texto” (FROSH, 2009, p. 61). É o “texto testemunhal”, portanto, que indica aos leitores que o evento deve ser considerado real não exatamente porque o repórter esteve no local, mas porque reconstituiu o acontecimento pelo testemunho de terceiros e/ou a partir dos seus rastros. E sendo assim, sugerimos, o que o testemunho perde em autenticidade, ganha em seu potencial dialógico.

Não se pretende com isso enclausurar o debate no universo discursivo – correríamos o risco de cair naquilo que se pretende criticar. Dar ao “texto” o status de testemunha, construir a presença narrativamente, tecer a intriga recorrendo ao testemunho, ao nosso ver, significa complexificar a questão. Assim, onde alguns enxergam a maior fragilidade do testemunho, a “lacuna de veracidade” – a difícil encruzilhada entre experiência e discurso –, nós enxergamos também o seu maior potencial.

Testemunho não é, como já reconheceram autores como Seligmann-Silva (2003), Agamben (2008), Didi-Huberman (2012), aquilo que carrega a verdade integral no sentido a que o jornalismo se prende a todo custo. Testemunho é antes o que resta. Por essa perspectiva, trata-se de reconhecer que testemunhar não significa a completa imersão no mundo testemunhado, mas “um ato imaginativo de construção da experiência que, no entanto, permanece no aqui e agora do discurso” (FROSH, 2009, p. 59).

Ora, se admitimos que há uma forma discursiva do testemunho e que por meio da mídia os leitores/espectadores também se tornam testemunhas dos eventos transmitidos (FROSH, 2009; ELLIS, 2009) e não meros destinatários (PETERS, 2009), podemos avançar na ideia de que a lacuna que existe entre a experiência e discurso é habitável e não intransponível (FROSH, 2009). Nesse sentido, Frosh sugere uma inversão no modo como encaramos testemunho e que vai se constituir na condição estruturante do testemunho midiático. Isso exige que nos concentremos na relação entre “texto testemunhal” – levando em conta aqui o modo como a narrativa reconfigura o acontecimento sem aprisioná-lo – e o público que o acessa.

A partir de agora assumimos que o testemunho pode se dar tanto na relação direta estabelecida entre a testemunha e seu próprio enunciado quanto na interação que ocorre entre o texto e o público. Com esses dois pontos em mente – 1) testemunhar entendido como um ato realizado não apenas por uma testemunha, mas também por um texto; e 2) o vínculo que se estabelece entre público e texto é também uma forma de testemunho – e sem perder de vista a “lacuna de veracidade”, sugerimos a entrada na leitura do próximo tópico, em que a partir desses parâmetros analisamos uma narrativa que nos coloca no centro da cena de um crime.

Uma nova matriz

Nelson Irineu Golla acordou ansioso e impaciente. Tinha 74 anos no domingo em que decidiu morrer. Vestia camisa cinza-escura quando partiu para a clínica em que a mulher, Neusa, encontrava-se internada depois de dois AVCs, alimentando-se por uma sonda. Levava uma bomba de fabricação caseira e uma caixa de fósforos. Estavam casados há 47 anos. E o seu plano, se a coragem fosse suficiente, era dar fim ao sofrimento da mulher e ao seu próprio, tirando-lhes a vida. Deixara tudo pronto. Em carta, havia pedido desculpas aos dois filhos. A reportagem, publicada nove meses depois do fato, como um folhetim, em três partes no jornal *O Estado de S. Paulo*, conta mais:

A dona da clínica almoçava no pátio, ao lado do quarto, quando escutou o estrondo. Levantou-se num pulo e correu para os fundos da casa. Caíram no chão o prato de lasanha e a bisnaguinha com água de coco, que estavam em cima mesa. “Estourou o poste de luz, Luciane, corre pra desligar a TV!”, gritou Dona Guiomar, a faxineira da clínica. “Não! A casa da frente é que tá desabando!”, respondeu a enfermeira, enquanto corria até os fundos. Ao passar pela janela do quarto de número 03, olhou para dentro e estacou. Viu Nelson deitado no chão. Viu que a cama hospitalar de Neusa estava do outro lado do quarto, quase em cima do leito de Almerinda. Sentiu o cheiro de fumaça e pólvora. Olhou para Neusa. Começou a gritar.

– Ele matou! Ele matou! Ele matou! (*O Estado de S. Paulo*, 26/09/2015).

Se algum jornalista estivesse no local dessa cena, no momento que Nelson deitou-se em cima da esposa, abraçando-a como pôde, era exatamente isso o que veria.

Era isso o que veria?

Esta narrativa – publicada concomitantemente no jornal impresso em três domingos consecutivos e na plataforma *Brio Stories* também de forma seriada – conta, de forma atemporal, intercalando episódios do passado do casal com o momento presente, sobre um homem que, na impossibilidade de lidar com a falta de perspectivas, a velhice que lhe pesa como um fardo e a proximidade da perda do

grande amor para a doença, toma a decisão de matar a esposa e a si próprio. O que para alguns é considerado assassinato, para outros, eutanásia, alterou para sempre a vida dos que estiveram ligados ao casal de algum modo.

Desde o início da reportagem até o seu desfecho, o leitor sabe que está testemunhando uma tragédia iminente. Mas o fato de entender do que se trata e para onde a história o leva não tira o interesse da leitura. Aqui, o que motiva não é tanto saber o que aconteceu, nem mesmo de que forma aconteceu, mas o modo como experimentamos tal acontecimento pela narrativa jornalística a partir do testemunho dos que sobreviveram ao trauma.

Testemunho é ideia recorrente para o jornalismo. Manuais de redação e estilo, escolas e muitos autores que também exercem a profissão consideram essa uma das marcas centrais da reportagem. Em um trabalho de fôlego, Casadei (2014) investigou os diferentes códigos narrativos que sustentaram a função testemunhal (em constante relação com as funções de novidade e de verdade) no jornalismo das revistas brasileiras ao longo do século XX. Tomamos o estudo da autora para diálogo porque, embora focada em uma perspectiva histórica e nas estratégias de semantização dos acontecimentos na narrativa, para efeitos deste artigo, é interessante notar como o testemunho ocupa lugar privilegiado na imprensa do século passado – não por acaso, o jargão da “testemunha ocular da história” ainda hoje é chamado à cena sempre que se quer imputar ao jornalismo o caráter de portador de verdade irrefutável de um acontecimento.

A autora identificou três fases que correspondem a diferentes regimes de escrita na reportagem em revista no Brasil. Em todas elas, a função testemunhal se sobressai ora em códigos autorreferenciais que se caracterizam pela fala do repórter como a principal testemunha e narrador em primeira pessoa ora pela ascensão das fontes-testemunhais. Em ambos os casos, o estatuto do testemunho tem lugar central. Somente na terceira e última fase, aquela que se consolida no final da década de 1960 e se manteria até os dias atuais, haveria uma inserção das fontes não testemunhais no narrado e uma valorização de códigos suplementares que ela chamou de impessoal – quando “a narração de um acontecimento não é atribuída a nenhum sujeito de fala, criando a ilusão referencial de que o acontecimento se narra sozinho” (2014, p. 298) –, a exemplo da remissão a dados numéricos e estatísticas ou documentos ou ainda a evocação a profissionais que detêm um saber especializado em um determinado campo de atuação.

Essa mudança de padrão narrativo pode identificar a disputa por uma maior objetividade no campo, como se nesta fase marcada por códigos “menos suspeitos” como os que asseguram a função testemunhal, essa verdade estivesse preservada. Se anteriormente a promessa de verdade era sustentada pelo testemunho, agora, o jornalismo apela a artifícios outros para afiançar a fidedignidade aos fatos. No entanto, como conclui a pesquisa de Casadei, não é possível dizer que a primazia da objetividade no relato jornalístico seja maior em uma ou outra fase. Ou seja, nem aquelas estratégias nem esta garantem um jornalismo mais objetivo, neutro ou imparcial.

Curiosamente, ao mesmo tempo em que entram em cena esses outros códigos como que para agregar um valor de verdade ao jornalismo no contemporâneo, é também a partir do final do século passado e início deste que se evidencia uma retomada de narrativas jornalísticas pautadas pelo signo do subjetivo. A entrada em cena do “eu” como principal sujeito do discurso se torna uma característica desse contemporâneo em que, diante das ferramentas tecnológicas, os sujeitos cada vez mais expõem suas singularidades de forma pública e em rede. Nessas reportagens construídas subjetivamente a partir de uma situação limite não é por outra via que não a do testemunho que o narrador reivindica o efeito de verdade daquilo que está sendo narrado (SERELLE, 2009). Muitas vezes, acrescentamos, nem precisam ser narrativas marcadas pelo uso da primeira pessoa. O que está em jogo,

nesses casos, são as subjetividades que vêm à tona pelo relato jornalístico para além das estratégias utilizadas.

A partir do que foi exposto até aqui, assumimos que testemunhar, no jornalismo, pode ser tanto a possibilidade do jornalista viver uma experiência ou assisti-la para depois contar quanto a reconstituição de um fato a partir da experiência de terceiros ou daqueles que assistiram para depois contar. De um jeito ou de outro, tendo acesso privilegiado ou não ao acontecimento, participando ou não do evento, é na narrativa que o efeito de presença se configura. Isso é o que nos permite afirmar que no jornalismo são testemunhas o jornalista, as fontes e o próprio espectador, que se torna testemunha pelo testemunho de outros, mas também o texto que possibilita que os sujeitos se façam presentes imaginariamente no acontecimento. Como em um palimpsesto, somos enredados por sucessivas camadas de testemunhos que em última instância fazem com que seja possível algo como experimentar a experiência.

Nesta narrativa, percebam como o jornalista constrói uma presença no texto de modo que, mesmo ausente no espaço e no tempo, ao leitor seja dada a possibilidade de acessar o evento.

Nos últimos dois meses, a língua de Neusa começara a atrofiar e definhara até travar por completo. O mesmo ocorrera com os braços, que agora cruzavam-se imóveis sobre o tórax. As mãos de pouca carne se contorceram, não podiam pegar mais nada. A perna direita de Neusa também atrofiara. Levantou-se na clínica uma suspeita de ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica), que não chegou a ser confirmada. Quando ainda falava, Neusa chamou o marido para perto:

– Nelson, o que eu fiz na vida para sofrer assim?

Ele ainda quis brincar, balbuciou algo como “jogar pedra na cruz é que não foi”, mas saiu de lá muito abatido e, pelo que disse mais tarde, com sérias dúvidas em relação aos desígnios de Deus. Nelson era católico de formação, fizera os sacramentos perto dali, na Igreja de Santo Emídio, mas há tempos sentia-se cada vez mais descrente e, em seus pensamentos, O desafiava com frequência. “Não sei onde Ele fica dentro de uma clínica dessa”, disse aos filhos uma noite. “Não sei qual é o Deus que rege esse negócio.” (*O Estado de S. Paulo*, 26/09/2015).

Quando distanciados do fundamento ontológico que torna obrigatória a presença da testemunha no evento, começamos a desenhar outras possibilidades para o jornalismo. Nesse caso, como na maioria dos relatos jornalísticos ligados a eventos traumáticos, o repórter não “estava lá” – não poderia. Mas, mesmo que estivesse, como as demais testemunhas que orbitam em torno dos personagens dessa reportagem, a ele não seria dado o domínio total do acontecimento. Não custa recorrer à literatura exógena e lembrar, outra vez, o que disse Agamben: testemunhas “não são nem os mortos nem os sobreviventes nem os submersos nem os salvos, mas o que resta entre eles” (2008, p. 162).

Embora para o testemunho seja vital permanecer leal ao evento, é preciso entendê-lo como algo que se desdobra no tempo e, sendo assim, o “estar lá” não deve ser apreendido em seu sentido metafísico como sendo possível ocupar o lugar no momento exato em que o evento se deu (BRAND, 2009). Essa presença pode ser construída na forma de inúmeros rastros, desde bastidores e notas do repórter até a costura que faz das vozes em cena, pensamentos, elucubrações ou o máximo de detalhes. Não quer dizer que o acontecimento se passou exatamente da forma como revelado no relato, mas assim é que ele foi apreendido. Em mais um trecho:

Ele tinha boa presença de espírito e isso o destacava na casa de repouso, onde o som que mais se ouve são queixumes e lamúrias. Uma das enfermeiras provocava:

– Dona Neusa, vamos reagir, levanta da cama. Seu marido é tão bonito, não pode deixar solto!

Neusa franzia o cenho, parecia enciumada.

– Tô brincando, dona Neusa. A senhora é que tem sorte. Que homem hoje cuida da mulher desse jeito? Quero ver se meu marido vai ser assim quando eu envelhecer.

Por dever de ofício, Luciane tentava ficar atenta às visitas. Parentes distantes de idosos sem filhos (sobrinhos, sobrinhos-netos) recebiam atenção especial. “Vai que estejam interessados em uma herança?”, justificava ela.

Nelson e Neusa, por outro lado, serviam de exemplo. Eram chamados de “casal 20” e apontados como inseparáveis. Luciane flagrara muitos momentos de carinho entre os dois. Ele acariciava os curtos cabelos brancos e o rosto de pele fina e morena de Neusa e, embora sentisse uma pontada na coluna a cada vez, abaixava-se à altura do leito, abraçava a mulher (envolvendo-a com o braço bom) e a beijava. Ao notar que era observada pelas enfermeiras, Neusa sorria. (*O Estado de S. Paulo*, 26/09/2015).

Se em qualquer narrativa, até mesmo as que se arvoram de dar conta do real, não existe nem uma única escolha aleatória – inclusive ou principalmente o uso das aspas – nessas tomadas pelo trauma ou pelo sofrimento também cabe ao jornalista selecionar as características que deseja evidenciar, por óbvio. Mas aqui, mais do que para demarcar uma distância, o objetivo é exatamente o contrário. Trata-se de implicar o leitor. É o modo como a presença física é construída no relato que nos orienta como leitores na posição de testemunha possível, de testemunha em potencial. Concordando com as leituras de Brand (2009) a respeito do testemunho midiático, podemos dizer que, nesse tipo de narrativa, a presença é evocada não como um comprovante de verdade, mas para nos colocar, se não como responsáveis, pelo menos sensíveis ao evento narrado.

Voltando a dialogar com Casadei (2014), ressaltamos que a autora explora o fato de que o testemunho no jornalismo serve tanto como lastro imaginário da autenticidade do acontecimento no nível discursivo quanto como estratégia de referencialidade e legitimação em torno do narrado. No primeiro caso, por meio do testemunho do repórter. No último, por meio do confronto com outros pontos de vista. É a função testemunhal, sempre, “que fornece o substrato para o cumprimento imaginário de uma função de verdade no relato” (CASADEI, 2014, p. 264). Com base nas leituras de Derrida e Ricoeur, Casadei defende a ideia de que o testemunho no jornalismo se configura como uma “matriz de verdade presumida” na medida em que existe sempre uma “promessa imaginária de verdade” garantida pelo estatuto social do testemunho do qual o jornalismo se apropria em suas construções de sentido.

Porém, se por um lado é obrigatório concordar com a autora quanto ao fato de que o jornalismo se ancora nesse aporte do estatuto social do testemunho para se legitimar, por outro também nos parece necessário admitir que isso apenas reforça o lugar autoritário instalado no campo e contribui para reiterar uma postura dogmática e pouco dialógica das narrativas jornalísticas. Neste momento, é preciso dar um salto – talvez arriscado – e propor uma inversão no modo como o jornalismo tem olhado para o testemunho.

Testemunho no jornalismo, sugerimos, deve ser assumido não apenas como uma “matriz de verdade presumida” mas principalmente como *matriz de lacuna de verdade*. Significa dizer que, para ocupar o abismo que sempre vai existir entre a experiência e o discurso, entre o real e o simbólico, são imprescindíveis as pontes construídas a partir da linguagem, mas ao mesmo tempo, significa admitir que aquilo a que chamamos de esforço de verdade nos aproxima do acontecimento sem nos deixar atados a ele. A *matriz de lacuna de verdade* funciona, portanto, como uma orientação de que o testemunho, que sempre esteve ligado às noções de verdade e ao que pode capturar do acontecimento, ele é antes sobre o que lhe escapa (BRAND, 2009). Nesse sentido, é dessa característica que o jornalismo deve ser credor.

Voltando à reportagem que aqui nos ajuda a investigar a real potência do testemunho para o jornalismo, jamais vamos poder dizer se o que nos conta Nelson Irineu Golla, o marido de dona Neusa, é de fato o que aconteceu. Tampouco se o que nos apontam as fontes (“testemunhas oculares”) ou o repórter é verdadeiro. Mas esse modo de contar nos faz sentir como um observador que participa do

processo – uma testemunha. Porque o efeito de presença foi construído discursivamente como quer Frosh (2009) e porque a lacuna que o testemunho instaura é o que abre espaço para que experimentemos um acontecimento no momento que temos acesso a ele. Em mais um trecho desta narrativa, é assim que o leitor é convocado a testemunhar:

Nelson está mudando, mas não tanto assim. Na altura em que falamos, ele me disse estar vivendo “um dia de cada vez”, sem mudanças bruscas – uma postura interessante, recomendada por psicólogos especializados em luto.

Ele não voltou a dormir no quarto do casal. Prefere adormecer no sofá, com a TV ligada. O filho Junior apareceu um dia com a ideia de vender a casa e se mudarem todos para o interior. Eles tinham familiares em Presidente Prudente, o pai gostava do campo, eles podiam se adaptar – por que não? Nelson não respondeu diretamente, disse apenas que “teria que ver”. Mas o que ele pensou foi que não mudaria daquela casa de jeito nenhum. Pensou que lutara tanto para construir o sobradão de três andares onde viviam há décadas e que não abandonaria aquela casa jamais. Somente quando “fosse embora”.

Sua esposa, Neusa, ainda não havia aparecido para ele, afinal. “Ela pode ficar perdida se quiser voltar e eu não estiver em casa. Até aqui, com certeza, ela sabe chegar”. No dia em que Neusa aparecer, ele pensou, ela saberá onde encontrá-lo. Talvez ele esteja na cozinha, preparando a refeição da família. Talvez esteja dormindo no sofá, talvez até durma sentado. Pode ser que ele desperte de súbito, um pouco assustado, pois ultimamente é assim que tem sido. Ele logo vai perceber. Ficará feliz por acordar novamente ao seu lado. (*O Estado de S. Paulo*, 26/09/2015).

Testemunhamos como se estivéssemos lá no sofá da casa de Nelson, no instante que se deu a entrevista entre repórter e personagem. Assim, vamos nos aproximando de um evento que escapa à representação, mas solicita comunicação (BRAND, 2009). Acessamos não o conteúdo original e autêntico, e sim, os traços que o compõem. À medida que a narrativa nos avizinha do acontecimento, percebemos que testemunhamos não o fato como aconteceu no passado, mas a maneira como o passado afeta o presente, afinal o acontecimento não se fecha no momento que explode a bomba caseira.

Brand (2009) nos lembra ainda que uma testemunha é convocada precisamente quando não compreendemos completamente “o que” ou “como” alguma coisa aconteceu. Ele diz: “A testemunha é um substituto para a falta de uma experiência e, como ocupa uma posição paradoxal, atua como substituto tanto para a própria experiência quanto para sua impossibilidade” (BRAND, 2009, p. 198). Nas narrativas do sofrimento, como explica o autor, recorreremos à figura da testemunha, não para testemunhar os fatos, mas para testemunhar o fato de que o evento não pode ser reduzido aos fatos.

Por extensão, inferimos que, nesse tipo de narrativa, a questão que se coloca não é mais, como pontua Brand (2009): Sobre o que trata este testemunho? Ou: Quão confiável é esta declaração como testemunho de uma experiência? Ou ainda: Como posso saber quem são esses personagens e se o que me dizem é verdade? Essas são as perguntas que o jornalismo clássico continua a repetir. Aqui, as perguntas que o texto motiva são de outra ordem, como se, ao procurar a verdade dos fatos, fosse possível encontrar algo além, que se aproxima da complexidade do que está sendo narrado. O que essa narrativa provoca, embora comportando todos os procedimentos racionais típicos do campo do jornalismo, é de ordem afetiva: “Como me sinto ao ler este testemunho?”, “Que afetos me desperta”?

Esse tipo de efeito que defendemos ser provocado pelo testemunho enquanto *matriz de lacuna de verdade* no jornalismo – quando o que está em jogo não é mais majoritariamente o teor de verdade do relato – nos orienta como leitores na posição de testemunha em potencial. Tanto quanto o próprio repórter. Nesses casos, estamos nos aproximando do sentido de testemunho proposto por Gagnebin (2009), cuja tarefa consistiria em restabelecer o espaço simbólico onde se possa articular “aquele que não faz parte do círculo infernal do torturador e do torturado, do assassino e

do assassinado, aquilo que, inscrevendo um possível alhures fora do par mortífero algoz-vítima, dá novamente um sentido humano ao mundo” (2009, p. 57).

Difícil imaginar um lugar tão propício para isso acontecer quanto o jornalismo. E, no entanto, difícil imaginar lugar tão distante.

Conclusão

Duas décadas atrás, Jay Rosen (1993) já afirmava que o jornalismo é o último refúgio da objetividade. Para o autor, todo o pensamento das ciências humanas e sociais nos últimos tempos tem caminhado em sentido contrário à noção de objetividade enquanto uma teoria de alcance da verdade a toda prova. E, no entanto, é no jornalismo que o conceito permanece como dogma. É preciso estar atento ao que a objetividade encobre quando compreendida como um ritual estratégico (TUCHMAN, 2016).

Podemos dizer que esse modo de encarar a objetividade tem a ver com as noções de testemunho – pelo menos, com a percepção de testemunho enquanto “matriz de verdade presumida”, como apontada por Casadei (2014), aquela que imputa o jornalista como o sujeito competente para trazer a verdade dos acontecimentos em textos claros, precisos e confiáveis exatamente por serem considerados isentos de antemão. Nesse sentido, Traquina (2005) chega a qualificar o testemunho como uma das quatro operações jornalísticas favoráveis ao valor da objetividade, uma vez que testemunho, para o autor, refere-se ao modo como o jornalista apresenta o fato passado a partir de fontes, apresentando o conflito entre as diferentes versões.

Por outra perspectiva, ao propor o entendimento de testemunho como *matriz de lacuna de verdade*, estamos subtraindo o prestígio que a objetividade ocupa nos relatos jornalísticos. Aqui, recorreremos ao testemunho como aquilo que nos aproxima da experiência e do teor de verdade dos fatos sem necessariamente vinculá-los a uma medida objetiva mas, pelo contrário, relacionando-os a uma composição fragmentada e repleta de subjetividades. Não se trata mais de garantir a verdade pelo fato de “ter estado lá”, como já foi dito, ou mesmo de se resguardar por trás de evasivas habituais como: “Estou apenas relatando os fatos como ocorreram”. Nessa outra modalidade narrativa, assume-se a postura de narrar sem desviar das implicações que o risco acarreta.

É o caso de perguntar: hoje, o que resta da objetividade no jornalismo? Ao assumir o testemunho por uma *matriz de lacuna de verdade*, arriscamos uma resposta: o que resta da objetividade é o que existe de mais singular no acontecimento, aquilo que nos distancia do reino da cognição em direção ao afetivo. O que resta da objetividade é um jornalismo-além.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BOLTANSKI, Luc. **La souffrance à distance: moral e humanitaire, médias et politique**. Paris: Editions Métailié, 1993.

BRAND, Roy. Witnessing trauma. In: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (Org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

BRANDALISE, Vitor Hugo. Sede. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2015. Aliás.

CASADEI, Elisa. **Os códigos padrões de narração e a reportagem: por uma história da narrativa do jornalismo de revista no século XX**. 2013. Tese (Doutorado

em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa: KKYM, 2012.

ELLIS, John. Mundane Witness. In: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (Org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação: sujeitos em comunicação. In: FRANÇA, Vera; GUIMARÃES, César (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 61-88.

FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit. Introduction: why media witnessing? Why now? In: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (Org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GREGG, Melissa; SEIGWORTH, Gregory. An invention of Shimmers. In: GREGG, Melissa; SEIGWORTH, Gregory (Org.). **The affect theory reader**. Durham: Duke University Press, 2010.

LAGE, Leandro Rodrigues. **Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas: corpos abjetos, falas inaudíveis e as (in)justas medidas do comum**. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. **A trégua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

PEBART, Peter Pál. Poderíamos partir de Espinosa. In: SAADI, Fátima; GARCIA, Silvana (Org.). **Próximo ato: questões da teatralidade contemporânea**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. p.32-37.

PETERS, John Durhan. Witnessing. In: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (Org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

RESENDE, Fernando. Falar para as massas, falar com o outro: valores e desafios do jornalismo. In: FRANÇA, Vera; VAZ, Paulo (Org.). **Comunicação midiática: instituições, valores, cultura**, Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

ROSEN, Jay. Beyond objectivity. In: **Nieman Reports**. Manchester, 1993, p. 48-53.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

SERELLE, Márcio. Jornalismo e guinada subjetiva. **Revista de Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, ano 6, n. 2, p. 33-44, 2009.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Editora Insular, 2016b. p. 111-131.